



MDHC

MPI

IBGE

INMET

AGU

ANEEL

MINISTERIO DA SAUDE

MEC

Simulado Final

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO

BLOCO 5

Educação, Saúde,
Desenvolvimento Social e
Direitos Humanos - Pós-Edital

PREVIC

MJSP

ANTAG

ANS

MinC

GESTÃO gov.br

INMET

Simulado

Simulado Final CNU-BT5 (Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Bloco 5 - Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do CNU**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/mF6TexFruhmohAdS9>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 15 - A B C D E | 29 - A B C D E | 43 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 16 - A B C D E | 30 - A B C D E | 44 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 17 - A B C D E | 31 - A B C D E | 45 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 18 - A B C D E | 32 - A B C D E | 46 - A B C D E | 60 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 19 - A B C D E | 33 - A B C D E | 47 - A B C D E | 61 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 20 - A B C D E | 34 - A B C D E | 48 - A B C D E | 62 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 21 - A B C D E | 35 - A B C D E | 49 - A B C D E | 63 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 22 - A B C D E | 36 - A B C D E | 50 - A B C D E | 64 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 23 - A B C D E | 37 - A B C D E | 51 - A B C D E | 65 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 24 - A B C D E | 38 - A B C D E | 52 - A B C D E | 66 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 25 - A B C D E | 39 - A B C D E | 53 - A B C D E | 67 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 26 - A B C D E | 40 - A B C D E | 54 - A B C D E | 68 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 27 - A B C D E | 41 - A B C D E | 55 - A B C D E | 69 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 28 - A B C D E | 42 - A B C D E | 56 - A B C D E | 70 - A B C D E |

CONHECIMENTOS GERAIS**POLÍTICAS PÚBLICAS***Rodrigo Rennó*

01. Na fase de implementação do ciclo de políticas públicas, um dos principais objetivos é garantir que a política seja aplicada conforme planejado, alcançando os resultados desejados. Qual das seguintes ações é essencial durante a fase de implementação para assegurar a eficácia da política pública?

- a) Revisão e ajuste das metas políticas baseadas em feedback político e social.
- b) Definição clara e articulada das políticas durante a fase de formulação.
- c) Coordenação entre os diversos níveis governamentais e agências envolvidas.
- d) Coleta e análise de dados para avaliação preliminar da política.
- e) Promoção de debates públicos para aumentar a conscientização sobre a política.

02. Theodore Lowi propôs uma tipologia para classificar as políticas públicas com base em seus efeitos sobre a sociedade e a natureza da intervenção governamental. Segundo Lowi, qual dos seguintes tipos de políticas é caracterizado pela distribuição de benefícios tangíveis a grupos específicos, com baixo nível de conflito, frequentemente levando a um alto grau de participação desses grupos no processo político, devido ao impacto direto percebido sobre seus interesses?

- a) Políticas regulatórias
- b) Políticas distributivas
- c) Políticas redistributivas
- d) Políticas constitutivas
- e) Políticas de comando e controle.

03. Políticas públicas são essenciais para a organização e funcionamento da sociedade, pois orientam a ação governamental e afetam a vida de todos os cidadãos. Qual das seguintes definições melhor encapsula o conceito de políticas públicas?

- a) Decisões e ações tomadas por governos locais que afetam apenas pequenas comunidades e não têm impacto em nível nacional.
- b) Estratégias e medidas adotadas exclusivamente por organismos internacionais para lidar com crises globais, sem intervenção dos governos nacionais.
- c) Conjunto de ações governamentais que visam resolver problemas específicos identificados pela administração pública, envolvendo desde a formulação até a avaliação de resultados.
- d) Processos administrativos rotineiros que ocorrem dentro de departamentos governamentais sem qualquer orientação estratégica ou objetivo claro.
- e) Atividades executadas por entidades privadas sob contrato com o governo, que não envolvem planejamento ou avaliação pelo setor público.

DESAFIOS DO ESTADO
DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA

Nelma Fontana

04. A respeito da democracia brasileira, aponte a alternativa INCORRETA.

- a) A Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, instituiu um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos, entre outros, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.
- b) O Brasil adota como regime político a democracia indireta, segundo a qual, embora a titularidade do poder seja do povo, seu exercício só se dá por meio de representantes eleitos.
- c) Plebiscito e referendo são formas de consultas diretas ao povo para decidir sobre matéria de relevância para a nação em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.
- d) A Constituição Federal permite que sejam realizadas concomitantemente às eleições municipais consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais, desde que sejam encaminhadas à Justiça Eleitoral até noventa dias antes da data das eleições.
- e) A Constituição Federal brasileira de 1988 foi a primeira a instituir um Estado Democrático de Direito.

05. Sobre a divisão e coordenação de Poderes da República, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Presidente da República, na qualidade de Chefe de Governo, decretar o estado de calamidade pública nacional.
- b) O Poder Executivo tem por função atípica a prática de atos de chefia de Estado, chefia de governo e atos de administração.
- c) Compete ao Poder Judiciário assegurar amparo, proteção ou tutela dos direitos dispostos nas leis e na Constituição, de forma que não pode exercer função legislativa, nem mesmo de forma atípica.
- d) Cabe ao Presidente da República, após aprovação do Congresso Nacional, nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- e) Não há no Estado brasileiro uma rigorosa separação de Poderes, pois o que se divide são as funções típicas do Estado (administrar, legislar e julgar) e essa divisão não é exclusiva, uma vez que um Poder pode exercer a função típica de outro nos casos autorizados pela Constituição Federal.

DESAFIOS DO ESTADO**DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA***Géssica Ehle*

06. O setor de Recursos Humanos de uma empresa, ao fazer um treinamento com seus servidores procurou trazer como pauta os Direitos Humanos, a fim de desenvolver a evolução e o trazer a eles o conhecimento sobre Universalização dos direitos em um contexto de desigualdades.

Nos termos do Decreto no 7.037/2009, o Programa Nacional de Direitos Humanos — PNDH-3, considerando o aprofundamento em um dos seus eixos orientadores e suas diretrizes, é possível afirmar que:

- a) A Integração e ampliação dos sistemas de informações em Direitos Humanos e construção de mecanismos de avaliação e monitoramento de sua efetivação é uma diretriz que será estudada no treinamento.
- b) A Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena efetivação é uma diretriz que será estudada no treinamento.
- c) A efetivação das diretrizes e dos princípios da política nacional de educação em Direitos Humanos para fortalecer uma cultura de direitos é uma diretriz que será estudada no treinamento.
- d) A promoção da Educação em Direitos Humanos no serviço público é uma diretriz que será estudada no treinamento.
- e) A transparência e participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal é uma diretriz que será estudada no treinamento.

07. Em 11 de Novembro de 2011 foi instituída a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição vigente, ou seja, 1988, durante esse período foi concedida a anistia àqueles que foram atingidos, em decorrência da motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares.

Assim, a fim de efetivar o direito à memória, à verdade histórica e promover a reconciliação nacional, bem como examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas durante o regime militar, foi criada a mencionada comissão por meio da Lei nº 12.528/2011. Foram objetivos da Comissão Nacional da Verdade, EXCETO:

- a) Colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos.
- b) Recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional.
- c) Promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.
- d) Promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior.
- e) Indiciar criminalmente os indivíduos que tenham violado os direitos humanos no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição vigente.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Antônio Daud*

08. Segundo disposto no Decreto 11.529/2023, devem ser objeto de divulgação no Portal da Transparência do Poder Executivo Federal as seguintes informações, EXCETO:

- a) orçamento anual de despesas e de receitas públicas do Poder Executivo federal.
- b) licitações e as contratações realizadas pelo Poder Executivo federal.
- c) notas fiscais eletrônicas relativas às compras públicas.
- d) informações sobre os servidores públicos federais e sobre os militares, incluídos nome, detalhamento dos vínculos, remuneração e filiação a organização de caráter político.
- e) relação dos servidores da administração pública federal punidos com demissão, destituição ou cassação de aposentadoria.

09. Assinale a alternativa que CONTRARIA as regras legais sobre o Governo Digital (Lei 14.129/2021):

- a) O acesso à prestação digital dos serviços públicos será realizado, preferencialmente, por meio do autosserviço, em que não há necessidade de mediação humana.
- b) Os documentos nato-digitais assinados eletronicamente são considerados originais para todos os efeitos legais.
- c) No caso de indeferimento de abertura de base de dados, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 dias, contado de sua ciência.
- d) É dever dos órgãos públicos realizar todas as comunicações, as notificações e as intimações por meio eletrônico, visto que tal forma de comunicação caracteriza direito subjetivo do usuário de plataformas digitais.
- e) Qualquer informação de transparência ativa é de livre utilização pela sociedade, como regra geral.

DECRETO NO 1.171/1994; DECRETO NO 9.203*Tiago Zanolla*

10. Helena, uma servidora no departamento de atendimento ao público, sempre se preocupou em seguir as normas éticas estabelecidas pelo serviço público. Ela reflete sobre os princípios descritos no Código de Ética para melhorar constantemente seu desempenho. Qual das seguintes ações de Helena é considerada exemplar segundo os princípios éticos?

- a) Helena ocasionalmente permite que as filas de espera se acumulem enquanto faz pausas mais longas, acreditando que pequenos atrasos não afetam significativamente o bem-estar dos usuários.
- b) Helena utiliza recursos do departamento para fins pessoais, justificando que seu trabalho extenuante justifica pequenas compensações.
- c) Em sua vida pessoal, Helena evita qualquer comportamento que possa refletir negativamente em sua função pública, mantendo uma conduta exemplar tanto no trabalho quanto fora dele.
- d) Helena segue rigorosamente as ordens de seus superiores, mas opta por não reportar pequenas irregularidades que observa, para manter um ambiente de trabalho harmonioso.
- e) Helena prefere resolver os problemas dos usuários de maneira rápida, mesmo que isso signifique omitir algumas informações para não complicar o processo.

TRANSPARÊNCIA E IMPARCIALIDADE NOS USOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO

Paolla Ramos

11. Em 2013, Loomis foi condenado com auxílio do software COMPAS (Correctional Offender Management Profiling for Alternative Sanctions), um software privado, que funciona a partir de um algoritmo secreto, ao qual nem os juízes que o utilizam têm acesso. O software avaliou seu risco de reincidência e violência para determinar negativa de liberdade provisória e aumento da pena. A utilização de um algoritmo secreto em decisões judiciais levanta questões éticas e legais.

Com base no texto, entende-se que há um problema específico ligado à

- a) Transparência e explicabilidade algorítmica.
- b) Eficiência e velocidade do processo judicial.
- c) Conformidade do software com padrões internacionais de segurança.
- d) Capacidade do software de processar grandes volumes de dados.
- e) Interoperabilidade do software com outros sistemas judiciais.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE

Ricardo Torques

12. O ECA (Lei 8.069/1990) estabelece ser direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. Sobre o Direito à Convivência Familiar e Comunitária, é correto afirmar que:

- a) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 12 (doze) meses.
- b) Será vedada a convivência da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.
- c) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 2 (dois) meses.
- d) Pessoas jurídicas não podem apadrinhar criança ou adolescente.
- e) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

13. Considere o seguinte texto: *“Asas para Todos é um programa estratégico da ANAC criado para fomentar a diversidade, a inclusão, a capacitação e a formação aeronáutica na aviação civil brasileira. A iniciativa integra o rol de ações do pilar social da Política de Sustentabilidade da Agência e foi idealizada para ampliar a participação de todas as camadas da população no setor da aviação civil. As atividades são direcionadas a estudantes de baixa renda, mulheres, profissionais da área, passageiros e servidores da Agência”*. Um dos pilares do programa é o de “Mulheres na Aviação”. Segundo o programa, *“Hoje, no Brasil, apenas 3,2% dos pilotos são mulheres e pouco mais de 10% dos engenheiros do setor são do sexo feminino. A ANAC tem avançado nas iniciativas em prol da equidade no transporte aéreo, com a assinatura de acordos internacionais, e confirma esse compromisso por meio de projetos desenvolvimentos especificamente para esse público.”*

A respeito do tema diversidade e inclusão e com base nos excertos do texto supracitado, assinale a alternativa correta:

- a) Para a inclusão e a diversidade, basta o reconhecimento da igualdade formal.
- b) O referido programa viola a noção de igualdade, uma vez que privilegia as mulheres de forma indevida.
- c) O baixo índice das mulheres na aviação civil não justifica a criação do referido programa, sendo uma mera consequência dos méritos individuais.
- d) A Constituição Federal estabelece que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, de modo que o programa é violador de norma constitucional.
- e) O referido programa é exemplo de obrigação positiva especial voltada a proteção de grupo vulnerável.

14. O Decreto 7.053/2009 institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Sobre a população em situação de rua, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de grupo populacional homogêneo.
- b) Para assim se caracterizarem, a utilização dos logradouros públicos como espaço de moradia deve ocorrer de forma permanente.
- c) Não compreende a utilização de áreas degradadas como espaço de moradia.
- d) Possuem em comum vínculos familiares interrompidos ou fragilizados.
- e) Não há, no decreto, um conceito da população em situação de rua.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MEIO AMBIENTE E MUDANÇA CLIMÁTICA.

André Rocha

15. Leia o texto a seguir para responder à questão.

“Com a aproximação da COP-30, sediada no Brasil, o governo brasileiro alcança o protagonismo na discussão ambiental e de sustentabilidade. Na sexta-feira (12) e no sábado (13), o Governo Federal organizou a segunda reunião do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Ambiental e Climática do G20.

Representantes de 32 países e 18 organizações internacionais participaram de debates sobre adaptação climática e oceanos na sede do G20, em Brasília (DF).

Coordenado pelos ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima e das Relações Exteriores, o GT busca incentivar a cooperação na agenda ambiental, encontrar soluções para a emergência climática e promover o desenvolvimento sustentável.

‘O desafio que se impõe, diante da difícil realidade da mudança do clima, da perda de biodiversidade e dos intensos processos de desertificação é o de uma atuação transversal e planejada, baseada em robusto e articulado pacto entre governos, setores produtivo, acadêmico, científico e a sociedade civil’, discursou a ministra Marina Silva na abertura do encontro’.

Fonte: Brasil coordena reunião do G20 sobre mudanças climáticas. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/brasil/855593/brasil-coordena-reuniao-do-g20-sobre-mudancas-climaticas?d=1>

Sobre desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas, assinale a alternativa correta.

- a) A Agenda 2030 é um compromisso compulsório de cooperação internacional entre os países, os quais ficam sujeitos às sanções da Corte Internacional de Justiça em caso de descumprimento.
- b) O desenvolvimento sustentável busca a proteção do meio ambiente em detrimento da exploração econômica dos recursos naturais.
- c) O Brasil possui sua própria contribuição nacionalmente determinada a ser cumprida no âmbito do Acordo de Paris, a qual prevê que a redução das emissões de gases de efeito estufa em 48% até 2025, em relação às emissões de 2005.
- d) O conceito legal de mudança climática brasileiro diz respeito à mudança no estado do clima que pode ser identificada por meio de testes estatísticos e que pode ser devida a processos naturais internos ou forçamentos externos.
- e) Os principais gases de efeito estufa são o dióxido de carbono, o nitrogênio e o metano.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Herbert Almeida

- 16.** O Estado Alfa adotou os procedimentos para cobrança do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da sociedade de economia mista Gama, que pertence à União. Segundo o Estado, por se tratar de entidade de direito privado, não seria aplicável à empresa estatal o benefício da imunidade tributária recíproca.

A sociedade de economia mista Gama, contudo, informou que, por ser prestadora de serviços públicos, em regime de exclusividade, faz jus à imunidade tributária prevista na Constituição Federal.

Sobre o tema, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode-se afirmar que:

- a) o argumento da empresa estatal não procede, tendo em vista que a imunidade tributária somente se aplica às entidades de direito público.
- b) todas as empresas estatais prestadoras de serviços públicos gozam de imunidade tributária recíproca.
- c) o argumento da sociedade de economia mista é procedente, desde que não ocorra distribuição de lucros entre os seus acionistas.
- d) a imunidade tributária recíproca aplica-se a todas as entidades da administração pública.
- e) em razão do princípio da indisponibilidade, o instituto da imunidade tributária é inconstitucional.

17. Jorge é servidor federal e foi demitido em processo disciplinar, por fato também previsto na legislação penal.

Inconformado com o andamento do processo e aplicação da pena, Jorge buscou ajuda de advogado, relatando os seguintes fatos: (i) a denúncia apresentada foi anônima; (ii) a portaria de instauração do processo administrativo disciplinar não fez exposição detalhada dos fatos imputados; (iii) ao longo do processo, a comissão processante pegou provas emprestadas produzidas no inquérito penal, mas que, a despeito da veracidade dos fatos apurados, foram coletadas de forma ilícita pela autoridade policial; (iv) a autoridade julgadora demorou quarenta dias para emitir a decisão do processo disciplinar; (v) a conduta que lhe foi imputada constava em artigo da Lei nº 8.112/1990 que previa a pena de demissão, mas Jorge pretendia questionar o mérito, alegando ter atuado como servidor exemplar ao longo da carreira, de modo que a sanção que lhe foi imposta foi desproporcional.

Considerando a situação hipotética acima e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o seu advogado respondeu corretamente que:

- a) É permitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa, independentemente de sua licitude, em razão do princípio da verdade material que prevalece no processo administrativo.
- b) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar causa nulidade, em virtude da presunção de prejuízo à defesa.
- c) Não é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, uma vez que o poder-dever de autotutela imposto à Administração não pode confrontar disposição expressa da Lei nº 8.112/1990, que exige que a denúncia seja identificada, nem a vedação constitucional ao anonimato.

d) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.

e) A autoridade administrativa dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no art. 132 da Lei n. 8.112/1990, mas o juízo competente não pode anular a pena sob alegação de desproporcionalidade.

FINANÇAS PÚBLICAS

Amanda Aires

18. Qual das seguintes alternativas NÃO representa uma função tradicional do governo na economia?

- a) Fornecimento de bens públicos, como defesa nacional e infraestrutura pública.
- b) Correção de falhas de mercado, incluindo externalidades negativas como a poluição.
- c) Distribuição de renda para promover a equidade social através de programas de assistência social.
- d) Regulação e supervisão de mercados financeiros para garantir estabilidade e transparência.
- e) Maximização dos lucros das empresas privadas através de intervenções diretas no mercado.

19. Qual das alternativas a seguir melhor descreve a função de estabilização macroeconômica realizada pelo governo na economia?

- a) Implementar políticas para controlar a oferta total de dinheiro na economia.
- b) Promover o desenvolvimento de setores específicos da economia, como tecnologia e energia renovável.
- c) Estabelecer monopólios estatais em indústrias-chave para garantir a eficiência do mercado.
- d) Regular exclusivamente o comércio internacional para balancear a balança comercial.
- e) Oferecer garantias de empréstimo para empresas privadas sem considerar os riscos econômicos.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO*Leandro Ravyelle*

20. A regulação nada mais é do que a ordenação das atividades econômicas. Assim, a regulação da atividade econômica e a neutralização dos fatores podem levar ao desequilíbrio de um sistema econômico, servindo, assim, para manter ou restabelecer o funcionamento do sistema econômico de modo equilibrado.

Acerca das funções econômicas do orçamento e da política fiscal no Governo brasileiro, assinale a alternativa incorreta

- a) Política fiscal reflete o conjunto de medidas pelas quais o Governo arrecada receitas e realiza despesas
- b) A função estabilizadora consiste na promoção do crescimento econômico sustentado, com baixo desemprego e estabilidade de preços
- c) A função redistributiva visa assegurar a distribuição equitativa da renda
- d) Os resultados da política fiscal podem ser avaliados sob diferentes ângulos, que podem focar na mensuração da qualidade do gasto público bem como identificar os impactos da política fiscal no bem-estar dos cidadãos
- e) Resultado fiscal primário é o resultado da diferença entre receitas e despesas primárias, acrescido do pagamento líquido de juros

EIXO TEMÁTICO 1**GESTÃO GOVERNAMENTAL***Elisabete Moreira*

21. Um determinado ministério do governo federal está elaborando seu planejamento estratégico, integrado as diretrizes do governo e vem se utilizando de diversas metodologias e ferramentas adaptadas da iniciativa privada, cada uma com suas especificidades, para determinar sua estratégia.

Quanto às metodologias/ferramentas, ela (s) est(á) ão adequadamente descrita (s) a seguir:

- a) a metodologia Balanced ScoreCard – BSC é direcionada para alinhar a estratégia ao operacional, visando a manutenção e integração dos diversos objetivos e indicadores estabelecidos.
- b) as metodologias Cinco Forças e Cadeia de Valor de Porter são direcionadas para a melhoria operacional.
- c) a estratégia reativa de Miles e Snow é uma ferramenta adotada em ambientes turbulentos, com eficiência comprometida.
- d) a estratégia de portfólio da Matriz BCG que atua em mercados com alto crescimento e baixa participação é denominada vaca leiteira.
- e) A estratégia de diferenciação de Porter tem como objetivo atuar no mercado com preços baixos e competitivos, visando obter vantagem competitiva.

22. Considere o texto a seguir:

O exercício das funções do poder Executivo é realizado através da administração direta e da administração indireta. A administração direta compreende a estrutura diretora ou gerencial da Presidência da República, dos ministérios e das secretarias de Estado, responsáveis por formular e implementar as políticas para os setores que representam. São encarregados, ainda, de estabelecer estratégias, diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos públicos.

Levando-se em consideração que um determinado ministério está elaborando um estudo de viabilidade, levantando informações e formalizando-as em um único documento, visando definir o novo produto, resultado do projeto, é correto afirmar que tal documento pode ser denominado.

- a) Plano de Iniciação do Projeto
- b) Termo Analítico do Projeto
- c) Plano de Gerenciamento do Projeto
- d) Estrutura Analítica do Projeto
- e) Termo de Abertura do Projeto

23. A análise da competição e a geração de valor exigem o uso de ferramentas de gestão que permitam a quantificação de resultados. A administração governamental inspirada nos modelos de gestão privada vem adotando diversos instrumentos adaptados à realidade pública, com vistas a prestar um serviço excelente, eficiente, eficaz e efetivo ao cidadão. Acerca dessas ferramentas de gestão, aponte a alternativa correta.

- a) A análise SWOT tem como objetivo integrar os recursos organizacionais à análise do ambiente externo, revendo os cenários desenhados, tornando-os obsoletos, para garantir a inovação.
- b) A metodologia OKR – Objectives and Key Results visa alinhar e engajar todos os colaboradores em torno de metas e resultados, que podem ser

classificados em *baseline*, *milestone*, métricas positivas e negativas e *threshold*.

- c) A metodologia OKR - Objectives and Key Results utiliza predominantemente o modelo top-down, partindo do topo, para o devido alinhamento estratégico na consecução dos objetivos.
- d) Os indicadores estratégicos focam na proporção de recursos consumidos com relação às saídas dos processos, ou seja, são reconhecidos como indicadores de eficácia na medida em que são capazes de medir os resultados alcançados.
- e) A matriz GUT – gravidade, urgência e tendência, é uma ferramenta que pode ser utilizada para fomentar a criatividade e o surgimento de novas ideias.

24. A cultura organizacional pode ser um fator de sucesso ou fracasso e visa promover identidade e personalidade, além de repercutir na imagem externa da organização. Na administração pública, o PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – tinha como um dos seus desafios promover uma mudança na cultura, visando substituir o modelo de desconfiança prévia para um modelo de confiança limitada; de um modelo de controle a priori, para o controle a posteriori; do foco na hierarquia para o foco nos resultados, entre outros aspectos. Levando em consideração que na administração pública ainda predominava o modelo burocrático, o tipo de cultura organizacional que prevalece é a

- a) do poder
- b) da tarefa
- c) dos papéis
- d) da pessoa
- e) do resultado

GESTÃO DE RISCOS*Stefan Fantini*

25. De acordo com o Decreto 9.203/2017, a “alta administração das organizações da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverá estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e controles internos com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos da organização no cumprimento da sua missão institucional, observados os seguintes princípios, EXCETO:
- a) implementação e aplicação de forma sistemática, estruturada, oportuna e documentada, subordinada ao interesse público.
 - b) integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis da organização, relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais.
 - c) estabelecimento de controles internos proporcionais aos riscos, de maneira a considerar suas causas, fontes, consequências e impactos, observada a relação custo-benefício.
 - d) utilização dos resultados da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua do desempenho e dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança.
 - e) realização de trabalhos de avaliação e consultoria de forma independente, segundo os padrões de auditoria e ética profissional reconhecidos internacionalmente.

26. De acordo com os conceitos da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1 de 2016, correlacione as colunas 1 e 2.

Coluna 1

- I – Risco
- II – Risco Inerente
- III – Risco Residual

Coluna 2

- A – possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos. O risco é medido em termos de impacto e de probabilidade.
 - B – risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer ações gerenciais que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou seu impacto.
 - C – risco a que uma organização está exposta após a implementação de ações gerenciais para o tratamento do risco;
- A correlação correta é:
- a) I-B, II-A, III-C
 - b) I-A, II-C, III-B
 - c) I-B, II-C, III-A
 - d) I-A, II-B, III-C
 - e) I-C, II-B, III-A

SUSTENTABILIDADE DAS CONTRATAÇÕES

André Rocha

27. Sobre aspectos de sustentabilidade nas contratações públicas, é correto afirmar que a Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)

- a) possibilita margem de preferência tanto para bens reciclados quanto recicláveis.
- b) prioriza a preferência no desempate para empresas que forem certificadas pelo sistema ISO 14.001 (Sistema de Gestão Ambiental).
- c) prevê o incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável como um dos princípios do processo licitatório.
- d) atribui exclusivamente ao órgão público a responsabilidade por solicitar as licenças ambientais do empreendimento, quando aplicável.
- e) é silente quanto ao cumprimento de legislação de natureza ambiental nas obras e serviços de engenharia.

CONTROLES INTERNO E EXTERNO E LGPD

Antônio Daud

28. Analise as seguintes situações:

- I. revogação de ato administrativo.
- II. homologação de procedimento licitatório.
- III. julgamento das contas pelo tribunal de contas.
- IV. investigações realizadas por comissão parlamentar de inquérito (CPI).
- V. ação por improbidade administrativa apresentada em face de gestor público.
- VI. ação popular.
- VII. anulação de procedimento administrativo no exercício da autotutela.

Pode-se afirmar que são instrumentos do controle administrativo APENAS aqueles mencionados nos itens:

- a) I e II.
- b) I, II e V.
- c) II e VII.
- d) I, II e VII.
- e) I e IV.

29. Assinale, à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), alternativa que NÃO menciona corretamente hipótese de tratamento de dados pessoais:

- a) proteção da incolumidade física de qualquer pessoa.
- b) cumprimento de obrigação regulatória pelo controlador dos dados.
- c) mediante fornecimento de consentimento não escrito que contém inequívoca manifestação de vontade do titular.
- d) quando necessário para atender aos interesses legítimos de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.
- e) em qualquer procedimento para tutela da saúde do titular dos dados.

30. O Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas (CGRNCP), responsável por gerir o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) a que alude a Lei 14.133/2021, é composto por:

- a) dois representantes dos Municípios indicados pela Confederação Nacional de Municípios.
- b) dois representantes dos Estados e do Distrito Federal indicados pela Confederação Nacional de Secretários de Estado de Educação.
- c) sete representantes da União indicados pelo Ministro do Planejamento.
- d) cinco representantes da União indicados pelo Ministro da Fazenda.
- e) três representantes dos Municípios indicados pela Confederação Nacional de Municípios.

EIXO TEMÁTICO 2**AS DIFERENTES CONCEITUAÇÕES DE
POLÍTICAS PÚBLICAS***Stefan Fantini*

31. A avaliação que ocorre durante a implementação, para avaliar o “andamento” da política pública, sendo realizada para se adquirir mais “conhecimento” sobre o processo, com o objetivo de melhorar a implementação e o desenvolvimento da política, é chamada de:

- a) Avaliação Ex Post
- b) Avaliação Ex Ante
- c) Avaliação In Itinere
- d) Avaliação Somativa
- e) Avaliação Posterior

**ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS***Rodrigo Rennó*

32. Arranjos institucionais referem-se às estruturas organizacionais e aos mecanismos de governança que facilitam a implementação de políticas públicas. Qual das seguintes opções melhor descreve o impacto que arranjos institucionais eficazes podem ter sobre a implementação de políticas públicas?

- a) Permitem uma maior autonomia para atores não governamentais, reduzindo a responsabilidade do governo na gestão de políticas.
- b) Facilitam a coordenação entre diferentes níveis de governo e entidades privadas, aumentando a eficácia e a eficiência na execução de políticas.
- c) Limitam a participação pública no processo decisório, assegurando que decisões técnicas sejam tomadas sem interferência política.
- d) Concentram o poder decisório em uma única entidade, garantindo maior rapidez na tomada de decisões, mas com risco de reduzir a transparência.
- e) Enfatizam a descentralização e a fragmentação do processo decisório, para melhor adaptar as políticas às necessidades locais, porém podem causar inconsistências na política nacional.

**A DIVERSIDADE E A INCLUSÃO NAS
POLÍTICAS PÚBLICAS***Ricardo Torques*

33. O estatuto da pessoa com deficiência conceitua barreiras como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. Diversos diplomas legais trazem mecanismos de proteções, buscando a superação dessas barreiras. Considerando o disposto nas leis 10.436/2002 e 14.768/2023, assinale a alternativa correta:
- a) A Língua Brasileira de Sinais - Libras poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.
 - b) A limitação de curto prazo da audição é considerada como deficiência auditiva.
 - c) Somente a limitação de longo prazo total da audição será considerada como deficiência auditiva.
 - d) Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.
 - e) Embora seja incentivada, a Língua Brasileira de Sinais - Libras não é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão.

**AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS EM LARGA
ESCALA NACIONAIS E INTERNACIONAIS:
OBJETIVOS, ABRANGÊNCIA E PÚBLICO-
ALVO***Carla Abreu*

34. Considerando as avaliações educacionais em larga escala nacionais e internacionais, seus objetivos, abrangência e público-alvo, considere as afirmativas a seguir.
- I A Avaliação de larga escala é realizada por órgãos externos. Seus resultados sinalizam à sociedade se uma instituição apresenta qualidade suficiente para continuar funcionando como está. Os indicadores obtidos por meio dessa avaliação não fundamentam formulação ou alteração de políticas públicas já existentes.
 - II O Saeb é um sistema de avaliação externa em larga escala, composto por um conjunto de instrumentos, realizado periodicamente pelo Inep, e que tem por objetivos, no âmbito da Educação Básica dentre outros, subsidiar a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas públicas em educação baseadas em evidências, com vistas ao desenvolvimento social e econômico do Brasil.
 - III O Ideb possibilita monitorar a situação da educação nacional por intermédio de dois elementos: fluxo escolar e médias de desempenho. O primeiro traz dados obtidos a partir das avaliações de larga escala realizadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica, o SAEB. E as médias de desempenho são obtidas pelo Censo escolar.
- Está correto que se afirma em
- a) apenas I
 - b) apenas II.
 - c) apenas III.
 - d) apenas I e II.
 - e) apenas I e III.

**EXAMES DE CERTIFICAÇÃO E CENSO,
EDUCAÇÃO, ESTADO, SOCIEDADE E
ECONOMIA, A EDUCAÇÃO E SEU CONTEXTO
HISTÓRICO-SOCIAL***Mariana Paludetto*

35. O Brasil teve sua história marcada por inúmeras Reformas Educacionais, que impactaram a construção da educação como compreendemos hoje. Sobre esse tema, relacione a coluna A com a coluna B:

1. Reforma do Marques de Pombal; 2. Código Epiácio Pessoa; 3. Reforma Rivádia Corrêa; 4. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova

() Defendia a ideia de uma escola laica, pública, gratuita e com coeducação entre os sexos

() Defendia a ideia de uma educação de responsabilidade do Estado

() Defendia a ideia de uma educação desoficializada, que causou retrocesso na educação

() Defendia a ideia de uma educação secundária como uma mera preparação para a Universidade

Está correta a seguinte ordem:

a) 4 – 1 – 3 - 2

b) 3 – 2 – 4 - 1

c) 2 – 4 – 1 - 3

d) 4 – 1 – 2 – 3

e) 4 – 3 – 1 - 2

**FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO. FILOSOFIA
DA EDUCAÇÃO***Jaqueline Santos*

36. O pensamento filosófico-educacional fundamenta-se em teorias sobre a sociedade e o papel da escola. Um de seus grandes representantes foi Paulo Freire, que influenciou a educação dialógica, marxista, educação enquanto ferramenta de transformação social e inaugurou uma nova tendência educacional progressista:

a) Crítico-Social dos Conteúdos.

b) Histórico-Crítica.

c) Libertária.

d) Libertadora.

e) Não-Diretiva.

IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO. PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO. PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES TEÓRICAS - HUMANISTA, COGNITIVISTA, COMPORTAMENTALISTA, PSICOSSOCIAL, HISTÓRICO-CULTURAL, INTERACIONISTA. SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO: OBJETO DE ESTUDO, DESENVOLVIMENTO E PRINCIPAIS TEÓRICOS

Romário Falci

37. Na sociologia e fins da educação, três eixos de compreensão são expressos pelas seguintes tendências sociológicas: Educação como redenção da sociedade; Educação como reprodução da sociedade e Educação como um meio de transformação da sociedade. Segundo essas tendências, os fins da educação são, respectivamente, meios para
- a) a manutenção e conservação da sociedade, a reprodução da ordem social, a transformação da sociedade.
 - b) Transformação da realidade social, conservação da sociedade, a reprodução da sociedade.
 - c) a transformação da sociedade, a reprodução da sociedade, a manutenção e conservação da sociedade.
 - d) fazer justiça social, garantir a sobrevivência da espécie, inserir a pós- modernidade na produção industrial.
 - e) nenhuma das alternativas.

POLÍTICA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Alexandre Herculano

38. Sobre a Política de Justiça e Segurança Pública, marque a opção correta no preenchimento da lacuna. Assinado em 7 de agosto de 2019, _____ promove a articulação entre diversos atores do poder público afim de desenvolver, de forma coordenada, ações concretas e efetivas de proteção e combate à violência contra as mulheres.
- a) Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual
 - b) Mulher Viver Bem
 - c) Pacto Nacional pelas Mulheres
 - d) Programa Mulher Viver Sem Violência
 - e) Programa Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública e Defesa Social

**POLÍTICA NACIONAL DE MIGRAÇÕES (LEI
NO 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017)**

Áulus Dias

- 39.** Sobre a situação documental do migrante e do visitante, conforme disciplina estabelecida na Lei de Migração (Lei nº 13.445/17), assinale a alternativa correta.
- a) A concessão de visto confere ao estrangeiro direito subjetivo de ingresso no território nacional.
 - b) O visto temporário para pesquisa, ensino ou extensão acadêmica pode ser concedido ao imigrante com ou sem vínculo empregatício com a instituição de pesquisa ou de ensino brasileira, exigida, na hipótese de vínculo, a comprovação de formação superior compatível ou equivalente reconhecimento científico.
 - c) Admite-se que o beneficiário de visto de visita exerça atividade remunerada no Brasil.
 - d) O visto temporário para acolhida humanitária pode ser concedido ao indivíduo que, devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país.
 - e) O visto temporário para tratamento de saúde pode ser concedido ao imigrante e a seu acompanhante, e, para isso, não se exige que o imigrante comprove possuir meios de subsistência suficientes.

**POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO**

Jonathan Roitman

- 40.** Conforme o DECRETO 10.534/2020, a Política Nacional de Inovação consiste em, exceto:
- a) No estabelecimento dos princípios, dos eixos, dos objetivos e das diretrizes de longo prazo que nortearão as estratégias, os programas e as ações do Governo federal que visam ao incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento no setor produtivo, para promover o aumento da produtividade e da competitividade da economia brasileira
 - b) Na instituição do referencial para identificar, priorizar e alinhar as iniciativas e as políticas de fomento à inovação do Governo federal e para orientar a formulação de medidas novas de fomento e de apoio à inovação
 - c) Na estruturação de governança interministerial para articular, orientar, priorizar e acompanhar a ação governamental no fomento e no apoio à inovação
 - d) No arcabouço político-jurídico de proteção à inovação, processo gerenciado pelo alto escalão governamental e destinado a garantir que o inventor receba todos os valores ajustados quando do licenciamento e concessão de propriedade intelectual
 - e) No estabelecimento de diretrizes para monitorar e avaliar as políticas, os programas e as ações de fomento e de apoio do Governo federal à inovação

EIXO TEMÁTICO 3**EPIDEMIOLOGIA, VIGILÂNCIA, ESTUDOS E INDICADORES EM SAÚDE***Thaysa Vianna*

- 41.** De acordo com a lista de Notificação Compulsória, devemos notificar em até 7 dias ocorrência de qual patologia/agravo:
- a) Tuberculose
 - b) Óbito por dengue
 - c) Zika em gestante
 - d) Acidente de Trabalho com exposição a material biológico
 - e) Tentativa de suicídio
- 42.** De acordo com o PNI (Programa Nacional de Imunização) são vacinas disponíveis para no calendário da criança, EXCETO:
- a) Pentavalente
 - b) Tríplice viral
 - c) Pneumo 23 valente
 - d) Covid 19
 - e) Hepatite B

CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO DCNT E AGRAVOS DA SAÚDE*Guilherme Gasparini*

- 43.** Com o intuito de diminuir a incidência das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e Agravos à Saúde, o Ministério da Saúde publicou o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e de Agravos não transmissíveis no Brasil. Um dos objetivos deste plano é:
- a) Reduzir em 1/3 a mortalidade por doenças transmissíveis.
 - b) Reduzir em 1/3 a probabilidade de morte prematura (20 a 49 anos) por doenças crônicas não transmissíveis.
 - c) Diminuir em 4% o índice de obesidade entre crianças e adolescentes.
 - d) Reduzir em 10% a mortalidade por câncer de colo de útero.
 - e) Reduzir em 1/3 a mortalidade por homicídios.

SUS, GESTÃO EM SAÚDE E TEMAS CORRELATOS*Lígia Carvalheiro*

- 44.** Dentre as diretrizes que regem o Sistema Único de Saúde, o artigo 198 da Constituição Federal relaciona os seguintes:
- a) universalidade, integralidade e descentralização
 - b) integralidade, autonomia e igualdade
 - c) integralidade, participação da comunidade e descentralização
 - d) resolutividade, autonomia e integralidade
 - e) participação da comunidade, universalidade e autonomia.

LEGISLAÇÃO – DESENVOLVIMENTO SOCIAL: CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Nelma Fontana

- 45.** João, Maria e seus dois filhos são venezuelanos e residem no Brasil, clandestinamente, há dois anos ininterruptos. Os filhos do casal estão em idade escolar. João foi contaminado pelo COVID-19 e precisa de atendimento médico. Maria trabalha em condição irregular em fábrica de laticínios. Sobre a história narrada, à luz da Constituição Federal, indique a única alternativa correta.
- a) João, por ser estrangeiro em condição irregular no Brasil, não tem o direito de ser atendido gratuitamente em hospital público, uma vez que os direitos sociais são extensíveis apenas aos brasileiros e aos estrangeiros que residem legalmente no Brasil.
 - b) Maria, embora estrangeira em condição irregular no Brasil, tem o direito de usufruir dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, dentre os quais o direito ao salário mínimo definido por lei, férias, um repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, jornada máxima diária de trabalho de oito horas e semanal de 44 horas.
 - c) Os filhos de João, por serem estrangeiros e não possuírem a documentação necessária, não poderão ser matriculados em escola pública.
 - d) João poderia ser extraditado do Brasil, na hipótese de ter cometido crime na Venezuela, ainda que a acusação no Estado estrangeiro seja a de crime de opinião.
 - e) Maria, embora exerça no Brasil atividade laboral, por ser estrangeira, não pode ser integrada à previdência social.

ASSITÊNCIA SOCIAL

Anna Valéria Andrade

- 46.** Ao longo da história e do contexto de lutas sociais e de organização dos sujeitos coletivos, muitos movimentos sociais engajaram-se na luta pelo retorno da democracia em nosso país, formando verdadeiras redes pela redemocratização e de respeito aos direitos humanos, formando o que Scherer-Warren (2005) considera como a “emergência das redes para a consolidação da cidadania”. Podemos citar como exemplo dessas redes no Brasil:
- a) a Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria
 - b) o Movimento Estudantil
 - c) A responsabilidade social das empresas
 - d) as Organizações do Terceiro Setor
 - e) as Organizações Sociais
- 47.** Em relação à temática Globalização, Redes de Movimentos Sociais, Cidadania, assinale a alternativa correta:
- a) A atuação em rede passou a ser uma das características utilizadas somente pelas Organizações não-governamentais.
 - b) A ação individual do/a cidadão/ã direciona a ação para uma articulação em redes.
 - c) A cidadania refere-se a uma estratégia de ação coletiva, como também a uma forma de organização e de ação em que se considera fundamental a vontade do povo nas decisões políticas, através de seus representantes, eleitos pelo voto secreto.
 - d) A globalização é um fenômeno que se caracteriza pela interligação e interdependência entre Estados, organizações e indivíduos do mundo inteiro, nas esferas das relações econômicas, sociais e políticas.
 - e) As redes de movimentos sociais são organizações empiricamente delimitadas que conectam, de forma simbólica, sujeitos e atores individuais em torno de uma identidade e conteúdos de lutas de caráter geral.

SEGURIDADE SOCIAL*Rubens Maurício*

- 48.** Acerca da seguridade social, assinale a opção correta, conforme a Constituição Federal de 1988 (CF).
- a) O princípio da seguridade social que diz respeito à universalidade da cobertura e do atendimento assegura prestações e serviços previdenciários tão somente àqueles que não se encontrem protegidos por qualquer regime de previdência social.
 - b) A universalidade da cobertura e do atendimento da seguridade social será organizada pelo poder público e pela sociedade, nos termos da lei.
 - c) A universalidade da cobertura diz respeito aos riscos e contingências sociais que serão cobertas, enquanto a universalidade do atendimento está relacionada com o valor do benefício e qualidade do serviço dispensado às populações urbanas e rurais.
 - d) Existe previsão constitucional da possibilidade de redução do valor dos benefícios de forma a ajustá-los à realidade econômica do país, em tempos de crise.
 - e) Caso um segurado, em razão de óbito e sem deixar qualquer dependente, não possa fluir por si ou por dependentes de benefícios previdenciários decorrentes de suas contribuições, não poderá restituir esses valores a eventuais herdeiros, uma vez que a Seguridade Social tem caráter solidário.

CONVENÇÃO Nº 102 DA OIT*Ricardo Torques*

- 49.** A Convenção nº 102 da Organização Internacional do Trabalho versa sobre normas mínimas da segurança social. A respeito das prestações de maternidade, assinale a alternativa correta:
- a) Os cuidados médicos devem sempre abranger a hospitalização.
 - b) Relativamente à suspensão do ganho resultante da gravidez, do parto e suas sequelas, a prestação consistirá em pagamento único e acumulado.
 - c) A assistência pré-natal, a assistência durante o parto e a assistência pós-parto, prestadas quer por um médico, quer por parteira diplomada são exemplos de cuidados médicos mínimos que devem estar abrangidos.
 - d) A eventualidade coberta será restrita à gravidez e ao parto.
 - e) O montante do pagamento periódico não pode variar no decurso da eventualidade.

SEGURANÇA ALIMENTAR*Amanda Menon*

50. A má alimentação é o principal fator de risco global para doenças, sendo o fator que mais contribui para a mortalidade. No escopo das ações do governo brasileiro para a promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional, o Ministério da Saúde publicou o Guia Alimentar para a População Brasileira, com as diretrizes alimentares oficiais para a nossa população. O referido guia se constituiu em um marco de referência para indivíduos e famílias, governos e profissionais de saúde sobre a promoção da alimentação adequada e saudável. No documento, são definidas quatro categorias de alimentos de acordo com o tipo de processamento empregado na sua produção.

Diante desse contexto, analise as afirmativas a seguir e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F):

() A primeira categoria diz respeito aos alimentos orgânicos ou minimamente processados. São aqueles obtidos diretamente de plantas ou animais e adquiridos para consumo sem que tenham sofrido qualquer alteração após deixarem a natureza. Para ser considerado minimamente processado, o alimento é submetido a alterações mínimas, como grãos secos ou moídos na forma de farinhas, tubérculos lavados, leite pasteurizado e cortes de carne resfriados.

() A segunda categoria corresponde a produtos extraídos diretamente da natureza, que podem ser utilizados em pequenas quantidades para temperar e cozinhar alimentos, assim como criar preparações culinárias. Usando-os com moderação, os óleos, as gorduras, o sal e o açúcar contribuem para diversificar e tornar mais saborosa a alimentação sem que fique nutricionalmente balanceada.

() A terceira categoria diz respeito aos alimentos processados, ou seja, produtos fabricados com uso de substâncias industriais, como aditivos alimentares, que contribuem para maior conservação dos produtos. Como exemplos, temos legumes em conserva, compotas de frutas, queijos e pães caseiros.

() A quarta categoria corresponde aos alimentos ultraprocessados, cuja fabricação envolve poucas etapas e técnicas de processamento, como biscoitos recheados, refrigerantes e temperos prontos. Por conta de sua formulação e apresentação, tendem a ser consumidos em excesso e a substituir alimentos da primeira categoria, afetando de modo favorável a cultura, a vida social e o meio ambiente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) F, F, V, F
- b) V, V, F, F
- c) F, V, F, F
- d) V, F, F, F
- e) F, V, F, V

EIXO TEMÁTICO 4**DIREITO HUMANOS***Ricardo Torques*

51. No ano de 1989, em junho, foi aprovada, pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, a Convenção de nº 169, que trata sobre os direitos dos Povos Indígenas e Tribais. A respeito do tema, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos dos povos interessados aos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos
- b) A referida convenção ainda não foi incorporada pelo Brasil.
- c) Deverão ser adotadas medidas para promover a participação forçada de membros dos povos interessados em programas de formação profissional de aplicação geral
- d) Os povos interessados poderão ser consultados sempre que for considerada sua capacidade para alienarem suas terras ou transmitirem de outra forma os seus direitos sobre essas terras para fora de sua comunidade.
- e) A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério alternativo para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.

52. Tratados internacionais de direitos humanos aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por quatro quintos dos votos dos respectivos membros, terão status:

- a) De emendas constitucionais.
- b) Supralegal.
- c) De leis complementares.
- d) De leis ordinárias.
- e) De leis delegadas.

53. Para explicar a evolução dos direitos humanos de forma didática, a doutrina passa a discorrer sobre as denominadas gerações de direitos humanos. Em relação à primeira geração de direitos humanos, é correto afirmar que:

- a) Tem como marco histórico o pós-segunda guerra mundial.
- b) Tem como marco histórico as revoluções russas e mexicanas.
- c) O marco jurídico da primeira geração dos direitos humanos é a Constituição de Weimar de 1919.
- d) Versa, em síntese, sobre os direitos civis e políticos.
- e) O meio ambiente é exemplo de direito referente à primeira geração de direitos humanos.

54. Os quilombolas podem ser conceituados como grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) As terras ocupadas pelos quilombolas são de propriedade da União.
- b) As terras ocupadas pelos quilombolas são de propriedade do Estado.
- c) O passado histórico de resistência à opressão racial é um elemento para a caracterização de uma comunidade quilombola.
- d) Não se exige como elemento para caracterização da comunidade quilombola a relação especial com a terra.
- e) A definição da comunidade quilombola deve ocorrer por meio de Decreto, independentemente de auto atribuição.

55. A Lei n. 13.019/2014 instituiu o marco legal das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. O instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros é denominado como:

- a) Acordo de cooperação.
- b) Chamamento público.
- c) Termo de fomento
- d) Termo de colaboração.
- e) Termo de seleção.

DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS E DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Marco Túlio

56. Rubim, que é do povo kokama, defende que as línguas dos povos nativos são “espírito”, algo que difere do entendimento de linguistas não indígenas: “Para nós, a língua é espírito, e o espírito não morre, não desaparece. As línguas podem estar adormecidas, porque tiveram séculos ou décadas de transmissão interrompida. Mas podem ser acordadas e fortalecidas em rituais, em práticas culturais.”

COSTA, Camilla. Quantas são as línguas indígenas do Brasil, onde são faladas e o que as ameaça? BBC Brasil, São Paulo, 17 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-2779c755-7af1-495a-a41c-d02995e459b8>>.

Acesso em: 22 abr. 2024.

Considerando a diversidade manifestada pelos povos indígenas no passado e no presente, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A Constituição de 1988 reconhece às comunidades indígenas o direito de conciliarem a utilização da língua portuguesa com as línguas maternas nos processos de aprendizagem durante o ensino fundamental.
- b) O Censo 2010 contabilizou a existência de 274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes.
- c) Pesquisas etnolinguísticas indicam que as línguas indígenas faladas no século XVIII podem ser organizadas em dois grandes troncos linguísticos, o tupi, no qual se vincula o tupi-guarani, e o tapuia, composto pelas línguas Jê e Arawak.
- d) O estudo das línguas indígenas do Brasil, considerando os graus de semelhança que indicam a existência de línguas ancestrais comuns, permite a reconstrução das relações cronológicas e espaciais entre diferentes grupos sociais.
- e) Atualmente, o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) é uma política voltada para o reconhecimento e fomento da diversidade linguística como patrimônio cultural.

57. Aprovado no Congresso Nacional em 2023, o Marco temporal considera que os povos indígenas têm o direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam na data de promulgação da Constituição de 1988. A essa tese jurídica se contrapõe a chamada

- a) Teoria do Indigenato, que considera o direito dos povos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas como anterior à própria criação do Estado brasileiro.
- b) Teoria do fato indígena, que constitui princípio de defesa da permanência do indígena na terra que ocupa.
- c) Tese do marco ancestral, surgida durante o julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (Pet. 3.388), em 2009.
- d) Teoria da posse imemorial, que atrela o reconhecimento do direito à posse de terras indígenas não ocupadas em caráter permanente à comprovação do renitente esbulho.
- e) Tese da terra indígena, que considera que o reconhecimento da posse permanente das terras indígenas está atrelado ao momento de criação do Estado brasileiro, ocorrido em 1822.

58. O grande pomo da discórdia é o tema da exploração dos recursos minerais e dos recursos hídricos em áreas indígenas. Dadas as condições econômicas, o aproveitamento dos recursos hídricos encontra-se num limbo, mas a questão mineral está mais viva do que nunca e provavelmente na origem das investidas contra os direitos dos indígenas.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 132. Adaptado.

Nos termos da Constituição Federal de 1988, o aproveitamento dos recursos minerais em terras indígenas é

- a) vedado integralmente, reconhecendo aos povos indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo das terras tradicionalmente ocupadas.

- b) atribuído somente às comunidades indígenas, em regime de manejo florestal sustentável e voltado à garantia de sua subsistência.

- c) determinado exclusivamente pela União, que dispõe da prerrogativa de legislar em matéria que envolva interesses das comunidades indígenas.

- d) efetivado com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas e garantindo-lhes participação nos resultados da lavra.

- e) mediado pelo Ministério Público, sendo garantida a remoção dos indígenas dos locais afetados mediante pagamento de indenização.

59. Na legislação ordinária destaca-se o chamado Estatuto do Índio (Lei 6001 de 19/12/1973), que regula detalhes dos direitos indígenas. Dadas as novas formulações da Constituição de 1988, faz-se necessária uma revisão desse Estatuto, e tramitam no Congresso várias propostas de lei nesse sentido.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 128.

À luz da Constituição Federal, o Estatuto do Índio apresenta inconsistências em relação

- a) à demarcação de terras indígenas, desconsiderando o papel do Poder Executivo, enquanto o texto constitucional atribui à presidência a homologação das terras indígenas.

- b) ao usufruto exclusivo das riquezas naturais das terras indígenas, reconhecidos aos povos originários somente pela Carta de 1988.

- c) à existência do regime tutelar, previsto para todos os indígenas não integrados na legislação de 1973, mas aplicado somente aos grupos isolados pela atual Constituição.

- d) ao reconhecimento da posse permanente das terras tradicionalmente ocupadas, existente somente a partir da promulgação da Constituição de 1988.

- e) à manutenção de um viés integracionista, distinto da defesa da preservação do pluralismo e da diversidade cultural existente no atual texto constitucional.

60. A demarcação das terras indígenas é um direito constitucional e visa garantir a autodeterminação, a autonomia e a proteção dos direitos dos povos indígenas, bem como sua participação ativa na gestão e preservação desses territórios.

Apesar das modificações no procedimento de demarcação das terras indígenas ao longo dos anos, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) conservou boa parte de suas atribuições em relação ao processo, **NÃO** sendo uma delas:

- a) Estudos de identificação e delimitação
- b) Declaração dos limites
- c) Demarcação física
- d) Registro das terras indígenas na Secretaria de Patrimônio da União
- e) Interdição de áreas para a proteção de povos indígenas isolados

EIXO TEMÁTICO 5

PESQUISA E AVALIAÇÃO

Carla Abreu

61. É um tipo de investigação científica que tem como objetivo principal explicar as causas e os motivos de determinado fenômeno, buscando identificar as relações de causa e efeito entre as variáveis envolvidas. Esse tipo de pesquisa vai além da simples descrição e busca compreender os mecanismos que estão por trás dos fenômenos observados, visando a estabelecer relações de causalidade. A pesquisa descrita é a

- a) Pesquisa Exploratória.
- b) Pesquisa Descritiva.
- c) Pesquisa Explicativa.
- d) Pesquisa Vertical.
- e) Pesquisa Horizontal.

62. Analise as alternativas abaixo e identifique a única que apresenta a correta associação entre tipo de pesquisa e objeto de estudo:

- a) A pesquisa descritiva é ideal para analisar o perfil de consumidores de um novo produto em diferentes regiões do país.
- b) A pesquisa exploratória é a ferramenta ideal para levantar dados sobre o potencial de mercado para um novo aplicativo de delivery de comida em sua cidade.
- c) A pesquisa descritiva é adequada para mapear as oportunidades de investimento em startups de tecnologia na América Latina.
- d) A pesquisa exploratória é a escolha correta para descrever as características e tendências do mercado de smartphones no Brasil.
- e) A pesquisa descritiva é ideal para explorar as motivações e hábitos de compra dos consumidores de produtos orgânicos.

63. Dentre as alternativas abaixo, identifique a que melhor define o objetivo principal da revisão narrativa de literatura:

- a) Realizar uma análise crítica e rigorosa de estudos para responder a uma pergunta específica de pesquisa.
- b) Oferecer uma visão geral e contextualizada do estado atual da literatura sobre um determinado tema.
- c) Fornecer uma síntese objetiva e abrangente da evidência disponível, identificando lacunas no conhecimento e fornecendo subsídios para decisões clínicas ou políticas.
- d) Combinar estatisticamente os resultados de estudos independentes sobre um mesmo tema para obter uma estimativa quantitativa do efeito de interesse.
- e) Integrar resultados de estudos qualitativos e quantitativos para obter uma compreensão abrangente de um fenômeno.

64. Dentre as alternativas abaixo, identifique a que melhor define a característica principal das fontes primárias de informação:

- a) Serem organizadas e filtradas por autores secundários, facilitando a busca por informações específicas.
- b) Apresentarem dados e resultados de pesquisas originais, realizados pelo próprio autor.
- c) Sintetizarem e interpretarem informações de diferentes fontes primárias e secundárias.
- d) Fornecerem guias e orientações para a localização de fontes primárias e secundárias.
- e) Oferecerem uma visão geral e contextualizada de um tema específico, integrando diferentes perspectivas.

65. Dentre as alternativas abaixo, identifique a que melhor define o objetivo principal dos estudos de impacto:

- a) Descrever as características e tendências de um mercado específico, utilizando métodos estatísticos e pesquisas de campo.
- b) Avaliar os efeitos de uma intervenção, programa ou política em determinadas populações ou áreas, fornecendo evidências para a tomada de decisões.
- c) Explorar as motivações e comportamentos de um grupo de consumidores, utilizando entrevistas qualitativas e pesquisas de opinião.
- d) Mapear as oportunidades de investimento em startups de tecnologia na América Latina, utilizando métodos de análise de mercado e projeções financeiras.
- e) Analisar o perfil de consumidores de um novo produto em diferentes regiões do país, utilizando pesquisas de mercado e segmentação de mercado.

66. Dentre as alternativas abaixo, identifique a que melhor define o objetivo principal da avaliação formativa:

- a) Monitorar e fornecer feedbacks para a melhoria de uma política durante sua implementação.
- b) Prever e avaliar os possíveis impactos de uma política antes de sua implementação.
- c) Avaliar os resultados de uma política após sua conclusão.
- d) Identificar problemas e necessidades da população antes da implementação de uma política.
- e) Analisar a situação inicial de um programa ou política para identificar problemas e soluções.

67. Dentre as alternativas abaixo, identifique a que melhor define o objetivo principal da revisão sistemática:

- a) Descrever as características e tendências de um mercado específico, utilizando métodos estatísticos e pesquisas de campo.
- b) Explorar as motivações e comportamentos de um grupo de consumidores, utilizando entrevistas qualitativas e pesquisas de opinião.
- c) Sintetizar e avaliar criticamente as evidências disponíveis sobre um determinado tema, fornecendo conclusões baseadas na qualidade da pesquisa existente.
- d) Mapear as oportunidades de investimento em startups de tecnologia na América Latina, utilizando métodos de análise de mercado e projeções financeiras.
- e) Analisar o perfil de consumidores de um novo produto em diferentes regiões do país, utilizando pesquisas de mercado e segmentação de mercado...

68. Dentre as alternativas abaixo, identifique a que melhor define a característica fundamental da Avaliação Participativa:

- a) Realizar a avaliação de forma rápida e eficiente, utilizando métodos quantitativos e padronizados.
- b) Enfatizar a neutralidade do avaliador, evitando que suas opiniões pessoais influenciem os resultados.
- c) Aplicar métodos estatísticos complexos para analisar os dados coletados, garantindo a confiabilidade dos resultados.
- d) Utilizar apenas questionários e entrevistas estruturadas para coletar dados, priorizando a objetividade das informações.
- e) Envolver os participantes em todas as etapas do processo avaliativo, valorizando seus conhecimentos e experiências.

69. Dentre as alternativas abaixo, identifique a que melhor define o princípio ético fundamental na pesquisa com seres humanos:

- a) Respeitar a vontade do participante, mesmo que ele não compreenda os riscos da pesquisa.
- b) Garantir o máximo de benefícios para a comunidade científica, mesmo que isso signifique colocar em risco os participantes.
- c) Minimizar qualquer tipo de dano aos participantes e sempre informá-los dessa possibilidade.
- d) Realizar pesquisas apenas com indivíduos saudáveis e autônomos, excluindo grupos vulneráveis.
- e) Priorizar a relevância social da pesquisa, mesmo que isso signifique desconsiderar os interesses individuais dos participantes.

70. Dentre as alternativas abaixo, identifique a que melhor define o principal impacto da diversidade na pesquisa científica:

- a) Limitar a pesquisa a grupos específicos, garantindo a qualidade dos dados coletados.
- b) Diminuir a eficácia da pesquisa.
- c) Enriquecer a pesquisa com diferentes perspectivas e experiências, ampliando sua relevância.

d) Padronizar os métodos de pesquisa, assegurando a confiabilidade dos resultados.

e) Eliminar vieses inconscientes dos pesquisadores, garantindo a imparcialidade da pesquisa.

Discursiva

Accountability: já podemos traduzi-la para o português?

Vinte anos se passaram desde que Anna Maria Campos expôs sua angústia sobre a ausência do conceito e, conseqüentemente, de uma palavra que, no dicionário da língua portuguesa, traduzisse com perfeição o significado de accountability. Na oportunidade, a estudiosa indicou que a possibilidade de tornar a administração pública brasileira accountable estava diretamente relacionada às chances das seguintes ocorrências, as quais, como podem ser verificadas, guardam certa interdependência e estão diretamente relacionadas à democracia:

- a) Organização dos cidadãos para exercer o controle político do governo.
- b) Descentralização e transparência do aparato governamental.
- c) Substituição de valores tradicionais por valores sociais emergentes (Campos, 1990:48). [...]

Claro está, portanto, que [...] não existe um termo único em português que defina a palavra accountability, havendo que trabalhar com uma forma composta. Buscando uma síntese, accountability encerra a responsabilidade, a obrigação e a responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas segundo os parâmetros da lei, estando envolvida a possibilidade de ônus, o que seria a pena para o não cumprimento dessa diretiva.

Fonte: retirado de PINHO, José Antônio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 43, nº 6, Dec. 2009.

No Brasil temos alguns marcos legais que vão ao encontro do conceito de accountability. Como principais podemos citar a Constituição Federal de 1988, a Reforma do Aparelho do Estado de 1995 e,, mais recentemente, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante desses marcos importantes na história democrática brasileira, elabore um texto dissertativo relacionando os mecanismos de controle da accountability à moderna administração pública mencionando, necessariamente, os seguintes itens:

- sua definição;
- seus tipos;
- situação da accountability no Brasil.

Resposta em até 45 linhas.

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
